

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO
“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS
PROTETIVAS”¹**

VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THE INEFFECTIVENESS OF PROTECTIVE MEASURES

Cleudirene dos Santos²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340757612759695>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8077-9322>

E-mail: cleudirene.santos@gmail.com

Resenha da obra:

CONCEIÇÃO, Marinalva V.; ASSUNÇÃO, Elienay K. Rosa; GONÇALVES, Jonas R. Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Ano XI, Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas”. O artigo aqui resenhado é de autoria de: Marinalva V. Conceição; Elienay K. Rosa Assunção; Jonas R. Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, no Ano XI, Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020.

Palavras-chave: Violência doméstica. Medidas protetivas. Medo.

Abstract

This is a review of the article entitled “Violence against women and the ineffectiveness of protective measures”. This article is by: Mariana V. Conceição; Elienay Kadesch Rosa Assunção; Jonas Rodrigo Gonçalves. The article reviewed here was published in the journal. Processus Magazine of Management, Legal and Financial Studies, in Year XI, Vol. XI, n. 40, Jan.-June, 2020.

Keywords: Domestic violence. Protective Measures. Fear.

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por *Filipe da Silva Linhares*.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas”. Esse artigo é de autoria de: Marinalva V. Conceição; Elienay K. Rosa Assunção; Jonas R. Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano XI, Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles.

A primeira autora do artigo é Marinalva V. Conceição. Graduada em Direito pela Faculdade Processus; Fotógrafa pela Escola Técnica de Fotografia de Brasília – DF; Despachante de Idiomas: Português, Inglês e Espanhol pela Cooplem Idiomas. Currículo Lattes/ CNPQ: <http://lattes.cnpq.br/7965696101256827>, Currículo Orcid: [http:// orcid.org/0000-0002-7251-6159](http://orcid.org/0000-0002-7251-6159).

O segundo autor do artigo é Elienay K. R. Assunção. Bacharel em Direito pela Faculdade Processus. Tem experiência na área de Direito Imobiliário, confecção de contratos de compra e venda de imóveis e contratos de locação imobiliária. Monitor de Introdução ao Estudo do Direito desde agosto de 2016 (não finalizado); Monitor de Trabalho de Curso desde agosto de 2019. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3129906393141649>; Currículo Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4511-0652>.

O terceiro autor deste artigo é Jonas R. Gonçalves. Doutor em Psicologia; Mestre em Ciência Política; Licenciado em Letras (Inglês e Português) e Filosofia; Especializado em Educação do Ensino Superior, em Educação a Distância; Docente em Ensino Superior; Especializado em Educação a Distância; Revisor de Textos; Agrobusiness; e Gestor Ambiental. Professor na Faculdade Processus, na Universidade Paulista, na Faculdade de Ciência e Educação Sena Aires e na Faculdade CNA. Autor e escritor de mais de 60 livros voltados para o ensino. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696> e Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

Este artigo é subdividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências.

No resumo deste artigo, consta:

O tema abordado neste artigo foi “Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas”. Foram investigados os problemas a seguir: As medidas para a proteção às vítimas são competentes para resolver a problemática? A lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, tem sido empregada de forma devida? Foi cogitada a hipótese: O conjunto de elementos interligados almejam progresso, porém as ações para proteção dão a impressão de não tratarem de forma eficaz para solucionar tal dilema. O propósito deste artigo, de forma geral, é analisar, de forma comparativa, a relação de violência no âmbito doméstico contra a mulher e quais os resultados alcançados com as medidas de proteção. Quanto à especificidade dos objetivos, foram destacados: identificar os indicadores de violência dentro dos lares, elencar os tipos de cometimento de violência, impulsionar as mulheres a buscarem a transformação em suas famílias. Este trabalho é de grande relevância quanto ao objetivo de medidas aplicadas de forma suficiente para fomentar o combate a essa violência, acreditando na diminuição das agressões, dos estupros e, principalmente, dos feminicídios. Este é um estudo de caráter teórico qualitativo, tendo sua duração de 1 (um) semestre (CONCEIÇÃO, Mariana V.; ASSUNÇÃO, Elienay K. Rosa; GONÇALVES, Jonas R. Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Ano XI, Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020).

O tema abordado neste artigo foi “Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas”. Foram discutidos os seguintes problemas: As ações tomadas para a proteção das vítimas são o bastante para resolver a problemática? A lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, é aplicada de forma devida? Foi cogitada a seguinte hipótese: O conjunto de ações interligados busca melhorias, porém tais medidas de caráter protetivo dão a impressão de não serem suficientemente capazes de sanarem a questão.

O objetivo geral deste artigo é analisar, comparativamente, o panorama de ferocidade de todos os tipos de agressão de cunho doméstico contra a companheira e as consequências das medidas para a salvaguarda das mulheres violentadas. Os objetivos específicos foram: identificar o índice de violência doméstica, elencar os tipos de cometimento de violência, impulsionar as mulheres a buscarem a transformação em seus lares e a unicidade dos habilitados, governamentalmente, para que haja reestruturação e diminuição dos índices de violência no seio familiar.

A notoriedade deste trabalho se dá pelo enriquecimento com lastro no conhecimento, acrescentando novas concepções e novo plano, bem como almejando melhorias, a fim de que as mulheres que sofrem todo tipo de agressão (física, sexual e/ ou psicológica) sejam amparadas e salvaguardadas. No que

tange à área científica, visa concentrar melhorias, com novos objetivos, em razão da elevação nos indicadores dessa violência. Este artigo é fundamental para a sociedade devido ao propósito de aplicar medidas suficientes ao combate a esse crime, apostando na diminuição de atentados contra a integridade física, abuso sexual e assassinato dessas mulheres.

Para a construção da pesquisa, a metodologia utilizada foi uma pesquisa de caráter qualitativo, consubstanciada por meio de peças jurídicas, periódicos jurídicos/acadêmicos, literatura, resoluções jurisprudenciais, pelo período de 1 (um) semestre, a fim de obter o pensamento de diversos autores sobre o assunto e adquirir uma gama de informações, coletando informações necessárias sobre o assunto. O estudo debruçou-se em mirar em todos os serviços voltados a prestar segurança, saúde e suporte à mulher vítima de agressão.

Os autores da obra aqui resenhada deixam claro que sempre houve violência doméstica na humanidade, porém não era algo tão divulgado e isso ficava apenas dentro dos lares onde ocorria. Analisaram, de forma ampla, que, após o advento da lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, houve uma ruptura da forma como a sociedade começou a se comportar diante de tal violência. Essa lei buscou, de forma conjunta, uma proteção maior à mulher, por meio da elaboração de formas para inibir os abusos domésticos.

Ainda assim, tal conjuntura não é o bastante para diminuir esse crime, deixando o Brasil entre os países onde há mais feminicídios. Os autores observaram que a não denúncia aos órgãos competentes por parte de mulheres que sofrem agressão dos seus parceiros é um fator agravante para que os índices não estejam retraindo. Constataram que a falta de comunicação das vítimas às autoridades se dá pelo fato de não terem conhecimento suficiente de como alcançar esse sistema de amparo junto aos serviços, para acolher as pessoas agredidas, além do temor de mais agressões.

O texto enfatiza que, além da violência causada à mulher, outras vítimas são os filhos, pois o agressor maltrata suas parceiras e também seus filhos, sendo eles crianças, adolescentes e até mesmo os jovens. Pelo fato de eles acompanharem todo esse cenário de violência, tendem a crescer da mesma forma, ou seja, violentos com outras pessoas. Tais marcas ficam registradas em suas memórias, podendo deixar sequelas não somente no âmbito físico, mas também no emocional. Com isso, o aumento do índice de suicídio entre jovens e crianças tem crescido.

De forma objetiva, Marinalva, Elienay e Jonas verificaram que, além do físico violentado, o qual não tem os olhares atentos da comunidade, outras violências têm sido negligenciadas, como, por exemplo, a violência psicológica, que é o aspecto central para desencadear a violência física. Essa violência destrói a autoestima e o desenvolvimento sociocultural da pessoa agredida. Estão

incluídas no rol que prejudica o aspecto psicológico a chantagem, a ameaça, a humilhação, além de uma cobrança comportamental, deixando a vítima isolada socialmente, o que leva muitas vezes ao suicídio. Percebeu-se, portanto, que, uma vez que a área psicológica recebe a devida atenção, o número de ocorrências de agressão sofrida pela mulher diminuirá.

De maneira relevante, observou-se a necessidade do engajamento de toda a sociedade para a prevenção e o apoio às vítimas de violência doméstica. O caminho percorrido pelas mulheres para conseguirem ajuda tem sido solitário e incerto, uma vez que não sabem onde procurar, a quem recorrer ou onde encontrar ajuda. Dessa forma, os profissionais, a sociedade e os órgãos estatais devem prestar ajuda às vítimas, oferecendo apoio psicológico, assistência à saúde, moradia e educação escolar aos filhos das agredidas. A inserção no mercado de trabalho também é de suma importância, pois outro fator que impede as mulheres de denunciar é a dependência financeira de seus parceiros. Uma conjuntura organizada precisa ser criada, além da delegacia da mulher, que já existe, com a garantia de sigilo das vítimas e a eficácia da assistência policial.

Atentou-se para a necessidade de que medidas protetivas eficientes sejam implementadas, uma vez que já foram identificados os envolvidos, o agressor e as vítimas, pois se enquadram como vítimas a mulher e os filhos. Dessa forma, é necessário haver uma rede de acompanhamentos entrelaçados para ampará-los. A Lei Maria da Penha, que foi um marco e um divisor de águas, precisa ser suficientemente inibidora, fazendo o agressor retroceder quando for agredir. Partindo do ponto de vista de que a violência física começa com a violência psicológica, deve-se, portanto, haver a divulgação de campanhas educativas, um ensino voltado para essa realidade, desde a infância, no que se refere às crianças afetadas. A partir disso, elas aprenderiam desde cedo a não continuarem com a agressão de como viram em casa, fazendo com que, na fase adulta, essa violência não fosse reproduzida.

De maneira assertiva, os autores concluem, por conseguinte, que, para que haja a redução do número de mulheres que sofrem violência doméstica, chegando muitas vezes ao feminicídio, é necessário que haja a criação de projetos com o engajamento de toda a sociedade; profissionais de diversas áreas, como saúde e segurança pública, para viabilizar mecanismos estruturais para as vítimas desse crime, que tem se tornado cada vez mais presente, recorrente e violento.

Diante do exposto, enquanto essa conjuntura não for efetiva e eficaz, não há sentido quanto ao que se refere à isonomia e à construção de uma sociedade pautada nos direitos humanos.

Referências

CONCEIÇÃO, Marinalva V.; ASSUNÇÃO, Elienay K. Rosa; GONÇALVES, Jonas R. Violência contra a mulher e a ineficácia das medidas protetivas. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano XI, Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf>>. Acesso em: 14 set.2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, pp. 95-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas R. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, pp. 4-7, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 3 ago. 2021.